

O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL E SEU CONTEXTO CONTEMPORANEO

Eduarda Bastos ABRAHÃO ¹

Juliane Aglio PARRÃO ²

RESUMO: O presente artigo visa caracterizar o serviço social desde sua gênese até a contemporaneidade. Neste sentido, demonstrar sua relação com a burguesia, igreja e estado, sendo estes, elementos fundamentais para a sua emergência. Além do mais, sintetizar o serviço social no cenário brasileiro declarando seu contexto histórico, bem como suas influências e transformação. Por fim, fazer uma relação de como o profissional atua nos dias de hoje e quais são os desafios a serem enfrentados no âmbito profissional, demonstrando a importância do Projeto Ético-político, bem como a Lei que regulamenta a profissão, as Diretrizes curriculares e o Código de Ética para a consolidação deste enfrentamento no contexto atual. Para a realização deste estudo, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e eletrônica.

Palavras-chave: Serviço Social, contemporaneidade, Projeto Ético-Político, desafios enfrentados.

INTRODUÇÃO

O trabalho foi uma apreciação acadêmica que utilizou a pesquisa bibliográfica e eletrônica para empreender o desenvolvimento histórico do Serviço Social, bem como sua forte ligação com a sociedade capitalista e sua evolução. Para tanto, foram realizadas abordagens do projeto ético-político do serviço social finalizando alcançar o objetivo desejado de analisar a profissão na contemporaneidade e os principais desafios a serem enfrentados pelo/a assistente social.

¹ Discente do 1 ano do curso de serviço social do Centro Universitário “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. ebastos40@gmail.com

² Coordenadora do grupo de iniciação científica ‘Família, Criança e Adolescentes’, docente e coordenadora do do curso de Serviço Social do Centro Universitário “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientadora do trabalho. E-mail: coord.social@toledoprudente.edu.br

Por este modo, no primeiro item abordaram-se os elementos fundamentais para a gênese do Serviço Social, mencionando o importante papel da burguesia, Igreja e Estado que declararam sua emergência. Já no segundo momento foi discutido a respeito do Serviço Social no cenário Brasileiro, suas principais influências e seus avanços que marcaram a profissão. Além disso, no terceiro tópico foi analisado o Serviço Social na contemporaneidade os desafios enfrentados pelo assistente social no campo de trabalho. Em seguida apresentou-se o Projeto Ético-Político do serviço social, destacando a importância da Lei que regulamenta a profissão, das diretrizes curriculares para os cursos de serviço social e do código de ética do assistente social. Por fim, apresentou-se a conclusão vez que se ressaltou a importância do Serviço Social na atualidade.

1 FUNDAMENTOS RESPONSÁVEIS PELA EMERGENCIA DA PROFISSÃO

O serviço social se emerge como profissão no final do século XIX no período do capitalismo monopolista conhecido também como estágio imperialista, marcado por contradições que atribui à ordem burguesa os traços de extrema exploração e alienação. Com efeito, o ingresso do capitalismo no estágio imperialista ascende a sociedade burguesa à sua maturidade histórica, onde gestão possibilidades de desenvolvimento que, objetivadas se tornam complicados os sistemas de mediação que garantem sua execução. Essa constituição da organização monopólica tinha um único objetivo que segundo os pensamentos de Netto (2011, p.37) é explicado como “o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle de mercados”.

Marcado por novas tecnologias e aumento de consumo, o capitalismo monopolista fazia expandir o lucro da burguesia, enquanto o proletariado tinha como um único bem a força de seu trabalho.

Inconformados com a desigualdade existente os proletários passam a reivindicar direitos para melhores condições de vida. A questão social se aprofundava na medida em que a classe operária se manifestava na busca por respostas.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros

tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO, 2011 p. 83-84).

Atendendo as demandas da classe dominante o Estado era o responsável para mediar os conflitos da questão social que se agravava naquele momento. Para isso, cria políticas públicas como resposta e usa como objeto de intervenção o assistente social, um agente que garante “auxílio” às famílias da classe operária.

As novas formas de prática social e suas estratégias operacionais, de acordo com os interesses burgueses, tinham de constituir mecanismos que dessem uma aura de legitimidade à ordem burguesa, tornando-a inquestionável e, em consequência, aceitável pelo proletariado. Portanto, a busca de racionalização da prática social desejada pela burguesia tinha objetivos muito claros, relacionando diretamente ao seu projeto hegemônico de domínio de classe (MARTINELLI, 2011, p.62-63).

Deste modo, nota-se claramente que a prática social era uma estratégia da classe burguesa afim de que seu domínio não fosse questionado pelos proletários.

Ao atender as demandas da burguesia, o Estado tem uma função importante desde o início para o surgimento do serviço social. No próximo tópico veremos também a importância da igreja católica em união com o Estado para a emergência da profissão.

1.1 Participação do Estado em união com Igreja

O Estado, segundo a caracterização marxiana, é o guardião das condições externas da produção capitalista. No capitalismo monopolista as funções políticas do Estado interligavam com as funções econômicas.

As necessidades de uma nova modalidade de intervenção do Estado decorrem primeiramente, como aludimos, da demanda que o capitalismo monopolista tem de um vetor extra econômico. O eixo da intervenção estatal na idade de monopólios é direcionado para garantir os superlucros dos monopólios – e, para tanto, como poder político e econômico, o Estado desempenha uma multiplicidade de funções (NETTO, 2011 p.25).

Assim, pode-se dizer que o Estado é o verdadeiro “comitê executivo” da burguesia monopolista e está amplamente ligado à acumulação de capital. Por esse motivo ele visa atender os interesses propriamente da classe burguesa.

Os burgueses, apoiados pela Igreja Católica criam o assistencialismo financeiro, alienando o proletariado e buscando uma maior subordinação deste. Para isso, também contavam com o apoio do Estado.

Neste cenário surgem estratégias para utilizar a filantropia e assim atingir o consenso da classe trabalhadora visando desestruturar o movimento dos trabalhadores. Através dos filantropos, que tinham acesso a classe desfavorecida, a burguesia garantia a continuidade do capitalismo.

A influência católica foi bastante forte neste cenário histórico, pois se estabelecia abordagens sobre a questão social como um problema moral e religioso.

No aspecto conceitual o homem era visto como único culpado pela situação de pobreza que se encontrava. Buscava-se por meio do assistente social a superação das dificuldades materiais, tendo como objetivo atingir a perfectibilidade, não havia a preocupação de analisar a sociedade e as relações dos homens, as questões eram tratadas no contexto da moralidade, na busca do ajustamento do homem conforme preceitos das doutrinas da Igreja.

A forte ligação da Igreja Católica com o Estado contribuiu grandemente para o desenvolvimento do Serviço Social. Por meio disso, analisaremos a inserção da profissão no cenário brasileiro.

2 Inserção da profissão no cenário brasileiro

O serviço social no Brasil surge nos primeiros anos da década de 30, como fruto da iniciativa particular de vários setores da burguesia, fortemente respaldados pela Igreja Católica, tendo como referencial o Serviço Social europeu. Certamente não deve ser entendido como mera importação de ideias, pois sua origem está relacionada ao que acontecia no país naquele momento.

Em 1932 foi criado em São Paulo o Centro de estudos e Ação Social – CEAS, que desempenhou um importante papel no sentido de qualificar os agentes para a prática social. Neste momento surgiam os primeiros cursos para o exercício da ação social e foi constituído por jovens católicas, algumas já envolvidas com atividades assistenciais da Igreja.

Neste período os burgueses se viam atemorizados pelos rumos que vinham tomando os acontecimentos históricos, com medo da infiltração das ideias

comunistas e preocupados com o distanciamento do governo central, o curso chegava em um momento crucial, razão pela qual houve um incentivo para que as mulheres participassem do curso, pois desta forma abria-se a possibilidade da mulher paulista marcar sua presença no cenário político que se desenrolava. Assim, esperava-se grandes resultados pelo próprio Centro de Estudos e Ação Social.

Segundo os pensamentos de Martinelli (2011, p.123) esse foi um período que marcou o primeiro passo do Serviço Social no Brasil, revelando sua aliança com a burguesia. Logo percebe-se sua real intenção mistificada pelo capitalismo.

[...] a identidade atribuída ao Serviço Social pela classe dominante era uma síntese de funções econômicas e ideológicas, o que levava à produção de uma prática que se expressava fundamentalmente como um mecanismo de reprodução das relações sociais de produção capitalista, como uma estratégia para garantir a expansão do capital. Tal identidade era, portanto, especialmente útil para a burguesia, pois, além de lhe abrir os canais necessários para a realização de sua ação de controle sobre a classe trabalhadora, fornecia-lhe o indispensável suporte para que se criasse a ilusão necessária de que a hegemonia do capital era um ideal a ser buscado por toda a sociedade (MARTINELLI, 2011, p.124).

Nota-se que essa estratégia era totalmente voltada para os interesses capitalistas pois sua real intenção era ter controle sobre a classe trabalhadora de modo que não houvesse questionamento.

As práticas assistenciais desenvolvidas nos estados brasileiros entre os anos de 1930 e 1940, e os eventuais benefícios concedidos aos trabalhadores, por meio de empréstimo, assistência médica, e auxílios materiais, encobriam as reais intenções subjacentes. Seu real objetivo era controlar as manifestações coletivas que se expressava a cada momento.

O atendimento que os agentes da ação social realizavam aos pobres e às necessidades mais imediatas do trabalhador, produzia um efeito social muito importante, reduzindo as manifestações aparentes dos problemas e fortalecendo a ilusão de que o Estado nutria um interesse pelo cidadão.

Com o decorrer do tempo as instituições de ação social se expandiam e conseqüentemente crescia a demanda por agentes qualificados para o exercício da prática social. A partir de então surgiu a identidade atribuída ao Serviço Social, com função econômica, de fundo ideológico, mais do que uma função social.

Foi, porém, com essa identidade atribuída pelo capitalismo e apoiada pela Igreja Católica que o Serviço Social chegou no território brasileiro, em 1932.

Posteriormente, no ano de 1942, Getúlio Vargas estreitou as relações com o governo norte-americano com o objetivo de fortalecer o capitalismo. O Brasil ingressava em uma fase de crescimento industrial pelo abastecimento de mercados externos. Neste período o capitalismo foi visto como algo necessário para o desenvolvimento da sociedade, logo se acarretou como consequência o agravamento da Questão Social.

Esse aspecto foi de suma importância para a aproximação dos princípios democráticos totalmente em harmonia com o pensamento cristão fazendo com que o Serviço Social conciliasse os fundamentos da filosofia cristã e ao mesmo tempo uma proposta política que legitimasse o capitalismo.

Vale lembrar que o próprio processo de desenvolvimento capitalista vinha oferecendo condições para a institucionalização da profissão.

As exigências da racionalidade capitalista impunham aos assistentes sociais, a necessidade de novas estratégias e instrumentos. A demanda institucional conclamava o Serviço Social para o terreno da formação técnica, da eficiência. Foi nessa direção que o movimento interno da profissão conseguiu caminhar qualitativamente, também aderindo ideologicamente à racionalidade capitalista, o que lhe garantiu a legitimação profissional.

Os Assistentes Sociais precisavam de um conhecimento que dessem conta de responder as necessidades, por esse motivo eles buscaram como referencial o Serviço Social norte-americano.

Com a política da boa vizinhança instaurada entre Brasil e Estados Unidos, os assistentes sociais brasileiros começaram a participar de congressos interamericanos de Serviço Social e concessão de bolsas de estudo. Assim, os intercâmbios facilitaram a penetração de conhecimentos já bastante elaborados pelos assistentes sociais norte-americanos.

A influência norte-americana ocorreu com a base técnica dos métodos de caso e grupo e posteriormente, com a proposta de Desenvolvimento de Comunidade, como técnicas e campos de intervenção profissional.

O fortalecimento profissional do assistente social no final dos anos de 1940, impulsiona-o à organização de congressos, criação, em 1945, da Associação Brasileira das Escolas de Serviço Social (ABESS), em 1946, a Associação Brasileira

de Assistentes Sociais (ABAS), em 1948 a criação do Código de Ética, em 1954 a regulamentação do ensino e por fim o reconhecimento da profissão no ano de 1956.

Desta maneira, o serviço social passa a ser reconhecido como profissão. Em seguida analisaremos a profissão na contemporaneidade e o método de trabalho utilizado pelo do Assistente Social, bem como os principais desafios a serem enfrentados no âmbito profissional.

3 SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: AÇÃO PROFISSIONAL

O serviço social é uma profissão de caráter sociopolítico, crítico e interventivo, que tem como objeto de trabalho as diversas expressões da questão social. Isto é, o conjunto de desigualdades que se originam do antagonismo entre a socialização da produção e a apropriação privada dos frutos do trabalho. O profissional interfere por meio de políticas públicas de acesso a direitos. Para que o Assistente Social entre em ação, é necessário que ele conheça a realidade, ou seja, conheça o próprio objeto de trabalho.

[...] pesquisar e conhecer a realidade é conhecer o próprio objeto de trabalho, junto ao qual se pretende induzir ou impulsionar um processo de mudanças. Nessa perspectiva, o conhecimento da realidade deixa de ser um mero pano de fundo para o exercício profissional, tornando-se condição do mesmo, do conhecimento do objeto junto ao qual incide a ação transformadora ou esse trabalho (IAMAMOTO, 2012 p.62).

Após conhecer o objeto de trabalho, o assistente social atua, junto aos sujeitos individuais, como a criança, o adolescente, o idoso, o deficiente, e a mulher. Também atua junto aos sujeitos coletivos, família, comunidade, grupos sociais, movimentos sociais, entre outros. Seu objetivo é modificar a situação encontrada, por meio de respostas profissionais, seja em situações de violência, desigualdade, exclusão social, pobreza, desemprego, fome e ausência de políticas públicas.

Essas demandas chegam ao profissional por duas maneiras: pelas demandas institucionais (imediatas) e pelas demandas sócio-profissionais. A primeira, diz respeito às necessidades do usuário, que buscam o serviço do Assistente Social para que essas necessidades sejam supridas de imediato. Já a segunda, vai além do imediato, caracteriza a dimensão investigativa da profissão. Trata-se de desvendar as expressões, pois estas representam as reais necessidades sociais, envolvendo toda a realidade apresentada.

Um dos maiores desafios enfrentados pelos assistentes sociais na atualidade segundo Iamamoto (2012, p.20) “é decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo”.

Olhar para fora do serviço social é condição para se romper tanto com uma visão rotineira, reiterativa e burocrática do serviço social, que impede vislumbrar possibilidades inovadoras para a ação, quanto com uma visão ilusória e desfocada da realidade, que conduz a ações ineficientes.

É importante sair da redoma de vidro que aprisiona os Assistentes Sociais numa visão de dentro para fora do Serviço Social, como pré-condição para que se possa captar as novas mediações e requalificar o fazer profissional, identificando suas particularidades e descobrir alternativas de ação (IAMAMOTO, 2012 p.20).

Sendo assim, enquanto o Assistente Social estiver aprisionado em seus muros internos, não produzirá as transformações necessárias. É preciso ter um olhar amplo, além do Serviço Social.

Além do mais, para que o profissional exerça a profissão necessita estar de acordo com o Projeto Ético Político do Serviço Social, bem como a Lei que regulamenta a profissão, as Diretrizes curriculares e o Código de Ética.

De acordo com a Lei nº8.662/93, que regulamenta a profissão, para que o profissional exerça a profissão, é necessário possuir o diploma de curso superior em Serviço Social, e prévio registro no Conselho Regional de Serviço social (CRESS). Atribui-se ao profissional condições de trabalho como: competência para implementar, elaborar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares, entre outras; dispor uma carga horária de 30 horas semanais. Há também atribuições como: coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social, entre outros.

Os órgãos que dimensionam a profissão são: CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), CRESS (Conselho Regional de Serviço Social), ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) e a ENESSO (Executiva Nacional de estudantes de Serviço Social). O Conselho profissional formado pelo CFESS e o CRESS são responsáveis por orientar, normatizar,

fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão e possuem autonomia política e atuam na defesa e garantia de direitos. A ABEPSS é responsável por coordenar e articular o projeto de formação em serviço social no âmbito da graduação e pós-graduação. E a ENESSO é a entidade máxima de representação dos estudantes de Serviço Social do país, eleita anualmente no Encontro Nacional dos Estudantes de Serviço Social.

No que tange as Diretrizes Curriculares, confere ao Assistente Social uma capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Com outras palavras as diretrizes são baseadas em fundamentos da vida social, fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e fundamentos do trabalho profissional.

Já o Código de Ética, segundo Iamamoto (2012 p.77) “indica um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional”. Define os direitos e deveres dos Assistentes Sociais, busca a legitimação da profissão e a garantia da qualidade dos serviços prestados.

É de extrema importância seguir esses princípios e valores no contexto atual da profissão, agindo de acordo com a justiça e a liberdade e dessa forma, dar visibilidade ao Projeto Ético Político.

3.1 PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Um projeto indica a direção que uma sociedade constrói para concretizar o que idealizou. Deste modo, podemos diferenciar os projetos societários dos projetos profissionais.

Segundo José Paulo Netto (1999) os projetos societários apresentam uma imagem de sociedade a ser construída. Constituem-se em projetos macroscópicos que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. São, portanto, projetos de classe.

Os projetos profissionais são projetos coletivos, apresentam a imagem de uma profissão; delimitam seus objetivos; formulam os requisitos para o seu exercício; designam normas para o comportamento dos profissionais; estabelecem os limites com os usuários dos seus serviços, com as outras profissões, e com as organizações sociais, privadas e públicas. São constituídas pela categoria profissional.

O Projeto Ético Político do serviço social tem, como pano de fundo, um projeto societário e sua base se constitui no reconhecimento da liberdade.

Tem seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classes, etnia e gênero (NETTO, 1999 p. 104-5).

É um projeto claro e explícito quanto aos seus compromissos e não dúvidas de que ele está vinculado a um projeto de transformação da sociedade.

Constituiu-se no contexto histórico de transição dos anos 1970 aos 1980, amadurecendo nos anos 90. Marcado pelo III Congresso da Virada que ocorre no início do período da transição democrática brasileira. Este momento se reflete no interior da profissão, sendo decisivo para a constituição de um profissional de caráter crítico. Neste período o desenvolvimento do Serviço Social passa por um momento importante no Brasil: o enfrentamento e denúncia do conservadorismo profissional. É por meio desse processo de recusa ao conservadorismo que surge o projeto ético-político.

As diretrizes norteadoras desse projeto se desdobraram no Código de Ética Profissional do Assistente Social, de 1993, na Lei da Regulamentação da Profissão de Serviço Social e, atualmente, na nova Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. Além disso, o projeto é formado por elementos teóricos, com base na teoria crítica marxista e também por organização categórica, como CFESS, CRESS, ABEPSS, ENESSO entre outras.

Desse modo entende-se que, o Projeto Ético-Político do Serviço Social, implica compromisso com uma nova ordem social na qual busca-se competências profissionais que visem formação permanente e constante postura investigativa.

CONCLUSÃO

O Serviço Social surge da emergência da questão social, do conjunto das expressões da desigualdade social, econômica e cultural, ou seja, problemas da sociedade capitalista madura, do antagonismo entre o capital e o trabalho. De imediato o serviço social surge com um vínculo doutrinário, por conseguinte passa

por transformações, deixando de utilizar o método caritativo e se aderindo ao método profissional. Essa transformação ocorre por meio do referencial norte-americano, que utiliza o serviço social tradicional: de caso, grupo e comunidade.

Na atualidade o profissional dispõe do Projeto Ético-Político, trabalha com as diversas expressões da questão social e tem por objetivo modificar a situação encontrada. Com outras palavras o serviço social é uma profissão interventiva e essa intervenção deve estar ancorada em compreensões da realidade, não enxergando apenas o que está visível.

Além da dimensão interventiva o profissional deve ter postura investigativa diante da realidade e este, deve buscar uma nova direção social, onde todos gozem da igualdade, justiça e equidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR. Antônio Geraldo de. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá**. São Paulo, 2011.

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO. **Manual de normatização**. Presidente Prudente, 2015.

IAMAMOTO. Marilda Vilela. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação**. São Paulo, 2012.

MARTINELLI. Maria Lúcia. **Identidade e Alienação**. São Paulo, 2011.

MANRIQUE CASTRO. Manoel. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo, 2011.

NETTO. José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo, 2011.

NETTO. José Paulo. **A construção do projeto ético político contemporâneo**. In: Capacitação em Serviço social e política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

PARRÃO. Juliene Aglio. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Disponível em: http://www.cress-es.org.br/site/images/cep_2011.pdf. Acesso em 27 de maio de 2017.

PARRÃO. Juliene Aglio. **Presidência da República casa civil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm. Acesso em: 1 de junho de 2017.